

Home > VISÃO ECONÔMICA

Governo deve abrir a torneira do crédito. O fim desse "filme" já é conhecido

Atividade desliza e eleva expectativa com incentivo ao crédito acenado pelo presidente Lula com consignado privado encabeçando lista de iniciativas



Angela Bittencourt 14/02/25 07:57



Que a economia vai desacelerar é carta no baralho, mas o governo aposta no crédito como alavanca de crescimento para frear a inclinação que se avizinha. Motivo? Se confirmadas as projeções do mercado, o arrefecimento da atividade poderá atrapalhar, ainda mais, a popularidade do presidente Lula em 2026 de fim de mandato e eleições gerais. Neste 2025, a inflação já faz esse trabalho.

Sondagem do **NeoFeed** feita entre 7 e 12 de fevereiro, com 15 instituições para colher projeções para PIB, IPCA, Selic e Dólar, mostra expansão do PIB em 2025 entre 1,7% e 2,5%, após 3,4% a 3,5% em 2024. E de 0,9% a 2,3% em 2026, sendo que 12 das 15 fontes veem menos de 2%.

Na enquete com dados da Ativa, **Austin Rating**, Banco do Brasil, Bradesco, BTG Pactual, CM Capital Markets, Equador Investimentos, G5 Partners, Itaú Unibanco, LCA, MacroSector, Monte Bravo Corretora, Banco Pine, Santander Brasil e XP, a inflação esperada para este ano vai de 4,3% a 7% e, para o próximo, de 3,38% a 5,3%.

Quanto à Selic, as estimativas variam de 14,75% a 15,75% para 2025 e, para 2026, de 11% a 13,75%. O dólar é projetado, respectivamente, entre R\$ 5,75 e R\$ 6,50 e R\$ 5,80 a R\$ 7,00.

Nem todas as instituições fazem projeções para crédito, mas compartilham a avaliação de que haverá, sim, um esforço do governo para evitar que a taxa de expansão do total das operações, de 10,9% em 2024, decline a algo entre 6% e 8% neste ano – parâmetros acenados pelos maiores bancos privados do País. Já os bancos públicos deverão acelerar as operações.

A **Austin Rating, agência brasileira de classificação de risco**, prevê aumento de crédito de 5,8% em 2025 e 6,2% em 2026. Ao **NeoFeed, Alex Agostini, economista-chefe**, observa que Selic próxima a 16%, recorde em 18 anos, vai inibir muito e rapidamente o consumo via crédito, atingindo sobretudo imóveis e veículos que têm uma longa cadeia setorial. A contenção virá num momento de elevado comprometimento da renda das famílias.

"A própria inflação tem reduzido o poder de compra e amplia os fatores que tendem a desacelerar fortemente a economia. E a expectativa é de que os bancos privados sejam mais seletivos nas concessões até por conta dos riscos presentes. Entre eles a questão fiscal", avalia o economista.

"Ao mesmo tempo, as famílias devem se retrain. E ainda que as condições se mostrem positivas no mercado de trabalho agora, no segundo semestre a tendência é de desaquecimento, apesar da disposição do governo de fortalecer a atuação dos bancos públicos", complementa.

O crédito consignado privado, que deverá alavancar operações com apelo popular, encabeça um dos eixos de proposições prioritárias listadas na Agenda União e Reconstrução 2025 divulgada na quarta-feira, 12 de fevereiro, pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

E, embora modesto se comparado ao estoque de empréstimos do sistema que totalizou R\$ 6,4 trilhões em dezembro, o consignado privado, ainda em formatação, é bem-visto por grandes bancos. E poderá impulsionar operações

em até R\$ 200 bilhões – volume relevante para o nicho que encerrou 2024 com volume consolidado de R\$ 676 bilhões, segundo estatísticas do Banco Central.

“Overshooting” do crédito puxou PIB de 7,5% em 2010

Os bancos, que negociam com o governo o acesso a uma plataforma virtual comum com dados de cerca de 42 milhões de trabalhadores enquadrados no regime da CLT, buscam a (improvável) liberação do teto de juro de 1,8% estabelecido para o consignado pelo Conselho Nacional de Previdência Social.

O teto anterior, 1,66%, foi alterado em janeiro, “alinhando-se” à Selic mais alta. No início de fevereiro, o prazo para pagamento foi ampliado de 7 para 8 anos. Um aumento que possibilitará “suavizar, diminuir, o valor que os beneficiários terão de pagar mensalmente”, informou o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, que anunciou a decisão.

De pronto, o Bradesco arregaçou as mangas e o resultado demonstra a relevância da medida. Em 24 horas, mais de 10 mil clientes firmaram ou renegociaram contratos no consignado para aposentados do INSS.

O foco está no consignado, mas o governo tem uma agenda mais ambiciosa que mira garantias. Entre propostas em estudo estão ampliar o uso de investimentos financeiros como garantia e integrar, em uma plataforma, diversas garantias para facilitar concessões a empresas e famílias. A conta é simples – quanto menor o risco das operações, maior o interesse dos bancos.

Embora decisões estejam por anunciar, iniciativas oficiais se avolumam desde 2023 com o Desenrola Brasil e o Marco Geral das Garantias. Em setembro de 2024, a utilização de recursos acumulados em planos de previdência aberta como lastro de empréstimos recebeu sinal verde. Em outubro, foi anunciado o programa Acredita para microempreendedores.

É fato, porém, que as projeções para a expansão do crédito convencional, mesmo as mais otimistas, são incomparáveis ao avanço de 20% que respaldou o salto do PIB de 7,5% em 2010 – último ano do segundo mandato de Lula e em meio à explosão do consumo. O BC de Henrique Meirelles à época não deu um choque no juro. Adotou medidas prudenciais para esfriar a atividade.

Apenas em dezembro daquele ano, o BC tirou da economia R\$ 61 bilhões ao elevar alíquotas de recolhimento compulsório sobre depósitos bancários. A Selic, que havia caído de 13,75% no fim de 2008 para até 8,75% em julho de 2010, encerrou

2010 a 10,75% ante IPCA de 5,91% - acima do centro da meta de 4,5%, mas dentro da margem de tolerância cujo teto era 6,5%.

O cenário básico das fontes pesquisadas pelo **NeoFeed** está sujeito a inúmeros ajustes nos próximos meses e não contempla uma variável crítica que certamente passará a ser considerada pelo risco de contaminar expectativas: declarações do presidente Lula que tendem a se tornar cotidianas com a retomada de viagens, discursos e entrevistas pelo Brasil.

Em uma semana, Lula esteve no Rio de Janeiro, Bahia, Amapá e Pará. As entrevistas às rádios locais já engataram e com ampla repercussão. Em "casa", Lula não descansou. Marcou presença em solenidades e recepcionou prefeitos e prefeitas que saíram das urnas em outubro. Em 27 de fevereiro abre o roteiro internacional com visita ao Japão.